

O uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil

The indiscriminate use of over-the-counter drugs in Brazil

El uso indiscriminado de medicamentos de venta libre em Brasil

Recebido: 07/06/2022 | Revisado: 16/06/2022 | Aceito: 30/06/2022 | Publicado: 09/07/2022

Daniel Siqueira Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3638-1805>

Universidade Nilton Lins, Brasil

E-mail: danielsiqueiradsc@gmail.com

Edivane Queiroz Magalhães

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9866-0845>

Universidade Nilton Lins, Brasil

E-mail: edicanegm@hotmail.com

Landerson Guimarães Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8919-1258>

Universidade Nilton Lins, Brasil

E-mail: landersongb@gmail.com

Rosane da Costa Alho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2187-8862>

Universidade Nilton Lins, Brasil

E-mail: rosanealho3@gmail.com

Alessandro Tavares da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9546-3865>

Universidade Nilton Lins, Brasil

E-mail: alessandrofarmaceutico83@gmail.com

José Reinaldo Ferreira de Oliveira Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4119-4513>

Universidade Nilton Lins, Brasil

E-mail: juniorferreira144@gmail.com

Omero Martins Rodrigues Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8552-3278>

Universidade Nilton Lins, Brasil

E-mail: omeromartins.farma@gmail.com

Resumo

Introdução: Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP) são medicamentos aprovados pelas autoridades sanitárias, para comercialização sem necessidade de prescrição médica ou odontológica, disponíveis em farmácias e drogarias. Não tem tarja nem exige receita. Se houver dúvidas sobre o uso ou necessidade de orientação, pode consultar o farmacêutico do estabelecimento. **Objetivo:** é conceituar perante a legislação o que são MIPs, enfatizar a necessidade da orientação do profissional farmacêutico na aquisição dos mesmos, destacando os riscos do uso indiscriminado e descrever sobre os MIPs mais consumidos no Brasil. **Metodologia:** a pesquisa foi desenvolvida através de buscas nas plataformas Scielo (Biblioteca Eletrônica *Scientific Electronic Library Online*) e Google acadêmico. Sendo baseado uma revisão de literatura, segundo Cunha, Cunha & Alves, (2014), que é responsável por alinhar um panorama da literatura aprofundada acerca do tema selecionado. Foram usados como descritores: “Medicamentos isentos de prescrição”, “Uso Indiscriminado”, “Prescrição no Brasil”. Por fim foram selecionadas 20 publicações para compor o estudo. **Conclusão:** Através das pesquisas dos estudos é possível concluir a importância do uso racional de medicamentos livres de prescrição, sendo orientado por um profissional farmacêutico, evitando assim efeitos adversos como intoxicações, interações medicamentosas entre outros. Os medicamentos isentos de prescrição representam 30% do mercado farmacêutico total e ganham cada vez mais relevância quando passam a ser a primeira opção de escolha da população para o autocuidado.

Palavras-chave: Medicamentos isentos de prescrição; Uso indiscriminado; Prescrição no Brasil.

Abstract

Introduction: Non-Prescription Medicines (MIP) are medicines approved by the health authorities, for commercialization without the need for a medical or dental prescription, available in pharmacies and drugstores. It has no tarja and does not require a prescription. If there are doubts about the use or need for guidance, you can consult the establishment's pharmacist. **Objective:** Is to conceptualize before the legislation what MIPs are, to emphasize the need for guidance of the pharmaceutical professional in the acquisition of the same, highlighting the risks of indiscriminate use, to describe about the most consumed MIPs in Brazil. **Methology:** The research was developed

through searches on Scielo (Scientific Electronic Library Online) and Google academic platforms. Based on a literature review, according to Cunha, Cunha & Alves, (2014), which is responsible for aligning an overview of the in-depth literature on the selected topic. They were used as descriptors; "Over-the-counter medicines", "Rational use of medicines", "Pharmaceutical care". Finally, 20 publications were selected to compose the study. Conclusion: Through the research of the studies it is possible to conclude the importance of the rational use of over-the-counter medicines, being guided by a pharmaceutical professional, thus avoiding adverse effects such as intoxications, drug interactions among others. Over-the-counter medicines represent 30% of the total pharmaceutical market and are increasingly relevant when they become the population's first choice for self-care.

Keywords: Over-the-counter medicines; Indiscriminate use; Prescription in Brazil.

Resumen

Introducción: Los Medicamentos de Venta Libre (MIP) son medicamentos aprobados por las autoridades sanitarias para su comercialización sin necesidad de receta médica o odontológica, disponibles en farmacias y droguerías. No tiene tarja y no requiere receta médica. En caso de dudas sobre el uso o necesidad de orientación, se puede consultar al farmacéutico del establecimiento. Objetivo: Es conceptualizar ante la legislación lo que son los MIP, enfatizar la necesidad de orientación del profesional farmacéutico en la adquisición de los mismos, destacando los riesgos del uso indiscriminado y describir los MIP más consumidos en Brasil. Metodología: La investigación se desarrolló a través de búsquedas en las plataformas académicas Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) y Google. A partir de una revisión bibliográfica, según Cunha, Cunha & Alves, (2014), que se encarga de alinear un panorama de la literatura en profundidad sobre el tema seleccionado. Fueron utilizados como descriptores; "Medicamentos de venta libre", "Uso racional de medicamentos", "Atención farmacéutica". Finalmente, se seleccionaron 20 publicaciones para componer el estudio. Conclusión: A través de la investigación de los estudios se puede concluir la importancia del uso racional de los medicamentos de venta libre, siendo orientados por un profesional farmacéutico, evitando así efectos adversos como intoxicaciones, interacciones medicamentosas entre otros. Los medicamentos de venta libre representan el 30% del mercado farmacéutico total y cobran cada vez mayor relevancia al convertirse en la primera opción de autocuidado de la población.

Palabras clave: Medicamentos de venta libre; Uso indiscriminado; Prescripción en Brasil.

1. Introdução

Nos dias atuais o uso de medicamentos vem crescendo, e essa evolução está ligado a vários fatores como por exemplo, o estilo de vida e a facilidade em adquirir os mesmos. Nesse contexto, aumenta os casos de usos indevidos ou excessivos de uma variedade de medicamentos, principalmente os Medicamentos Isentos de Prescrições – MIPs, na busca de soluções rápidas aos sintomas ocasionados por problemas de saúde (Souza et al., 2018).

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs), são fármacos que passam pela permissão sanitária para serem vendidos em farmácias e drogarias. São indicados para tratar os problemas menores de saúde, sendo não obrigatório a receita médica para serem dispensados, pois apresentam segurança e eficácia desde que sejam usados conforme as orientações de um profissional competente e também seguindo as orientações descritas nas bulas e rótulos (Guimarães, Pacheco & Morais, 2021).

Medicamentos é um bem de consumo, sendo utilizado pela sociedade por vários motivos, entre ele o aumento da expectativa de vida. São utilizados com fins medicinais como instrumentos de promoção, recuperação e manutenção do bem-estar (Arrais et al., 2016).

Pesquisas apontam que pacientes portadores de doenças crônicas que fazem uso de MIPs simultaneamente com os fármacos do tratamento rotineiro, sem o acompanhamento de um profissional habilitado pode favorecer para o agravamento da saúde, contribuindo para o aumento de internações, o aparecimento de complicações como também com gastos extras ao tratamento (Brasil, 2014).

O profissional farmacêutico tem um papel valioso na orientação ao paciente para o uso correto do medicamento. A dispensação é uma atividade farmacêutica que não pode se restringir apenas à entrega do medicamento. O farmacêutico deve promover as condições para que o paciente faça uso do medicamento da melhor maneira possível, pois é nesse momento que o paciente recebe as orientações primordiais do medicamento, dosagem, tempo de tratamento, riscos e benefícios, podendo também ser orientado a buscar uma unidade básica de saúde (Soteiro & Santos, 2016).

Nessa esfera, pesquisas sobre o correto uso dos MIPs podem contribuir para a diminuição de gastos com saúde, complicação ou agravamentos, identificar os motivos que influenciam ao consumo dos mesmos, bem como contribuir no planejamento do seu uso, promovendo assim uma melhor qualidade de vida.

Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de discorrer sobre os MIPs e a importância da orientação farmacêutica no uso destes abordar a lei da prescrição farmacêutica, descrever sobre os MIPs mais consumidos no Brasil e compreender os riscos do uso indiscriminado dos mesmos.

2. Metodologia

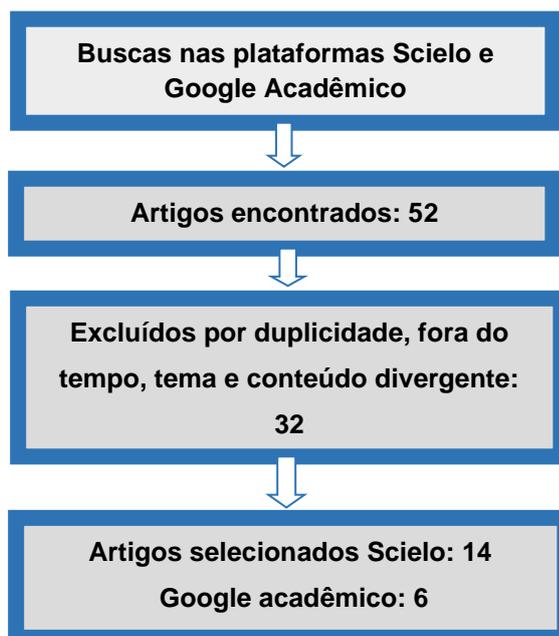
O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura (Cunha, Cunha & Alves, 2014), responsável por traçar um panorama da literatura a respeito do tema escolhido, que tem como o objetivo analisar um assunto com visões críticas daquilo que está escrito. Usando como critério de seleção artigos publicados entre 2011 a 2022, publicações em português, artigos condizentes com o tema abordado, com as seguintes palavras-chaves: Medicamentos Isentos de Prescrição; Uso Indiscriminado; Prescrição no Brasil.

As pesquisas dos artigos foram realizadas através de buscas em bancos de dados como: Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico. Critérios de exclusão, artigos que estão fora do tema e tempo proposto, artigos repetidos, artigos com conteúdo divergentes. O período da pesquisa foi de fevereiro a junho de 2022.

Os artigos foram analisados em três etapas:

- Primeira etapa: verificação de artigos nas bases de dados seguindo o contexto de título, resumo, palavras-chave e exclusão dos que não se encaixam nos critérios estabelecidos.
- Segunda etapa: seleção dos artigos que se encaixam nos critérios de inclusão para uso no desenvolvimento pesquisa.
- Terceira etapa: leitura dos artigos e seleção dos que apresentam o assunto adequado para esta pesquisa.

Figura 1. Fluxograma de critérios de exclusão e inclusão.



Fonte: Autores (2022).

3. Resultados e Discussão

Abaixo a demonstração com as principais características de artigos analisados, por ordem decrescente do ano de publicação, após critérios de inclusão e exclusão, com os principais objetivos de estudo (Quadro 1).

Quadro 1. Características dos artigos analisados.

AUTOR, ANO	TÍTULO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
Marinho & Meirelles, 2021.	Os riscos associados ao uso de medicamentos isentos de prescrição.	Identificar quais são os MIPs mais dispensados e destacar os principais riscos associados ao uso incorreto.	Constatou-se que os MIPs mais usados foram Dorflex, Neosaldina, Torsilax, Addera D3, Sal de Eno e Novalgina.
Volpini et al, 2021.	Avaliação do conhecimento de estudantes do curso de farmácia do Unianchieta sobre prescrição farmacêutica.	Avaliar o conhecimento dos estudantes sobre prescrições farmacêuticas e aspectos a ela relacionados.	Observou-se uma defasagem no conhecimento dos estudantes acerca do tema da pesquisa: 98,2% disseram entender o termo prescrição farmacêutica.
Xavier et al., 2021.	Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura.	Analisar a prática da automedicação na sociedade brasileira e entender os riscos e complicações mais comuns dessa prática.	Percebe-se que uma prevalência de automedicação no Brasil caracteriza-se como agravo de saúde pública e que as classes mais conhecidas são pessoas mais jovens, de alta escolaridade.
Souza et al., 2018.	Caracterização da população usuária de medicamentos isentos de prescrição no Brasil.	Caracterizar a população usuária de medicamentos isentos de prescrição no Brasil.	O acesso facilitado da maioria da população aos MIPs pode favorecer o uso irracional de medicamentos.
Vale, 2018.	As responsabilidades do farmacêutico na prescrição farmacêutica	O objetivo deste artigo consistiu na análise das Responsabilidades do Farmacêutico na prescrição Farmacêutica.	É atribuição do farmacêutico a prática da indicação farmacêutica, bem como, a prescrição farmacêutica nos ambientes de saúde.
Souza, 2017.	A frequência de automedicação por pacientes em atendimento odontológico de urgência na atenção básica	Avaliar o consumo de medicamentos utilizados de forma irracional pela população em unidades de saúde da atenção básica no município de Aracati-CE.	Percebe-se a necessidade de trabalhar temas como uso racional de medicamentos e a presença de profissionais farmacêuticos em unidades básicas de saúde da Estratégia de Saúde da Família.
Arrais et al., 2016.	Prevalência de automedicação no Brasil e fatores associados	Analisar a prevalência e os fatores associados ao uso de medicamentos por automedicação no Brasil.	A automedicação é prática comum no Brasil e envolve principalmente o uso de medicamentos isentos de prescrição.

Fonte: Autores (2022).

3.1 Definição de MIPs e os riscos decorrentes da automedicação

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os MIPs são aqueles aprovados pelas autoridades sanitárias para tratar sintomas e males menores (autolimitados), que são consideradas enfermidades agudas de baixa gravidade e de breve período de tempo como: resfriados, dispepsias, tosse seca, cólicas, cefaleias, entre outros. Podem ser tratados de forma eficaz e segura com medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, cuja dispensação não exija prescrição médica, inserindo medicamentos industrializados e preparações magistrais, ou com medidas não farmacológicas disponíveis sem prescrição ou receita médica devido à sua segurança e eficácia, desde que utilizados conforme as orientações constantes das bulas e rotulagens. Os MIPs são internacionalmente conhecidos pela sigla OTC (*over-the-counter*) (Cruz Junior, 2021).

A automedicação é um método caracterizado principalmente pelo desencadeamento de um paciente ou seu responsável, em usar um medicamento por considerar que o mesmo lhe trará imunidades no tratamento de doenças ou redução de sintomas. A automedicação assim como a prescrição inadequada, pode ter como impactos inúmeras ameaças a saúde do paciente, como efeitos colaterais, enfermidades e mascaramento de doenças (Souza, Marques, Aguiar & Fernandes 2017).

Um medicamento para que seja comercializado como isento de prescrição nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 98/2016, estabelece critérios relacionados ao benefício e risco; são indicados para o tratamento de doenças não graves e com evolução lenta, o MIP deve possuir reações adversas com casualidades conhecidas, baixo potencial de toxicidade e de interações medicamentosas, deve ser utilizado por um curto período, deve ser de fácil manejo pelo paciente, não deve possuir potencial de gerar dependência química ou psíquica, baixo risco em mascarar sintomas, dificultando no diagnóstico e no tratamento correto (Possagno, 2015).

Podemos destacar a diminuição da sobrecarga e dos custos do sistema de saúde, como alguns dos benefícios da disponibilidade da regulamentação dos MIPs, tendo em vista que para aquisição desses medicamentos não são necessárias consultas médicas ou odontológicas prévias (Mota et al., 2020).

Os MIPs são acessíveis à população, principalmente, através das farmácias comunitárias, sendo o primeiro estabelecimento que a população busca auxílio para resolução de problemas menores. A acessibilidade dos isentos de prescrição torna-os diretamente ligados a automedicação. Para serem enquadrados como isentos de prescrição têm de apresentar baixo potencial de dano ao paciente, todavia, como qualquer fármaco, ocasionam tanto benefícios como riscos, não devendo menosprezar as possíveis intoxicações e eventos adversos. A crescente cultura popular de que os MIPs são produtos sem riscos à saúde, promove a utilização irracional dos mesmos e um problema de saúde pública se administrado de forma incorreta. (Arrais et al., 2016; Pons et al., 2016).

3.2 Legislação

Os medicamentos isentos de prescrição foram mencionados pela primeira vez na legislação sanitária brasileira na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário de medicamentos.

Em 2003, a Anvisa publicou a RDC nº 138, de 29 de maio (republicada em 6 de janeiro de 2004), que foi o primeiro regulamento dos MIPs da agência. Já em 2016, a Anvisa aprovou um novo regulamento para os MIPs, a RDC nº 98, de 01 de agosto de 2016. No quadro 2, esta demonstrado os critérios no qual os medicamentos isentos de prescrição devem seguir.

Quadro 2. Critérios atuais para a classificação de um medicamento como isento de prescrição.

Mínimo tempo de comercialização do princípio ativo ou associações.	- Dez anos de comercialização, sendo o mínimo de cinco anos no Brasil; ou - Comercialização por cinco anos no exterior regulamentado como medicamento isento de prescrição, cujo critérios sejam compatíveis aos estabelecidos no Brasil.
Segurança	- Baixo potencial de causar danos à saúde quando obtido sem prescrição médica; - Baixo potencial de toxicidade e janela terapêutica segura (grande diferença entre dose eficaz e a dose tóxica); - Baixo potencial de interação medicamentosa; - As reações adversas apresentadas devem ter causas conhecidas e serem reversíveis após a suspensão do uso do medicamento.
Indicação Terapêutica	- Tratamento, prevenção e alívio de sintomas não graves. Os sinais e sintomas devem ser facilmente observados pelo paciente, cuidador ou farmacêutico.
Tempo de utilização	Serventia por curto prazo ou por tempo determinado na bula.

Administração	Deve apresentar facilidade a adesão da administração pelo paciente, cuidador, ou mediante orientação pelo farmacêutico.
Riscos associados ao paciente	- Menor risco de exagero com a utilização do fármaco em quantidade ou período superior ao indicado; - Baixo risco de intoxicação.
Dependência	- Não pode manifestar potencial de dependência.

Fonte: ANVISA (2016).

O manejo de MIPs sem os devidos cuidados e responsabilidades podem resultar em perigosos impactos sobre a vida e custos ao sistema de saúde, gerando maiores gastos. A automedicação dos mesmos pode ocasionar riscos à saúde como agravos dos distúrbios, atraso para diagnóstico adequado, risco de dependência, intoxicações, reações alérgicas e efeitos adversos (Cruz Junior, 2021).

No Brasil o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox/Fiocruz) registrou, apenas em 2017, cerca de 20 mil casos de intoxicação por uso de medicamentos e 50 mortes, correspondendo a uma letalidade de 0,25%. No mesmo ano, os medicamentos foram a primeira causa de intoxicação humana por agente tóxico, sendo responsável por 27,11% do total de casos registrados deste tipo de toxicose. Quanto à faixa etária, percebeu-se uma predominância de crianças menores de 4 anos e jovens adultos (20 a 29 anos) como os grupos que sofreram de envenenamento por medicamentos em 2017 (Xavier et al., 2021).

Quadro 3. Riscos relacionados ao uso do MIPs mais consumidos no Brasil.

Medicamentos	Riscos
Dorflex	Misturas de analgésicos e outras substâncias podem aniquilar esse efeito ou causar a reação contrária. O uso abusivo pode ocasionar ou agravar gastrite e úlceras.
Neosaldina	Riscos de choque anafilático (reação alérgica extremamente grave sendo capaz de dificultar a respiração podendo levar ao óbito. A baixa liberação de endorfina pelo organismo.
Torsilax	O uso contínuo do Diclofenaco sódico, aumentam os riscos de danos aos rins, prejudicando as funções do órgão. O uso prolongado dos AINEs pode aumentar a pressão arterial em 5 a 6mmHg, principalmente em pacientes hipertensos e pode interferir nos efeitos hipotensores dos diuréticos, betabloqueadores e inibidores da ECA.
Addera D3	Intoxicação por vitamina D.
Sal de Eno	A superdosagem pode advir uma sobrecarga de sódio, alcalose metabólica, resultando em inquietação, fraqueza, sede, secura, tonturas, dores de cabeça, risco de hipotensão e taquicardia.
Novalgina	O maior estudo sobre os riscos hematológicos da dipirona e outros analgésicos (chamado estudo de Boston) apontou que fatores como desnutrição e cuidados médicos inadequados tomam as consequências fatais da agranulocitose mais comuns.

Fonte: Marinho & Meirelles (2021).

Os principais agravos que levaram a prática da automedicação foram; gripe, resfriado, coriza, febre, diarreia, dores na garganta e tosse. Em pesquisa elaborada sobre a automedicação em crianças pelos pais, resultou principalmente pelos sintomas de febre, dores, cólicas. São vários os fatores que contribuem para a automedicação, como a dificuldade ou ausência de locomoção, a distância entre os serviços de saúde e o domicílio, superlotação e a grande espera em filas para atendimento em unidades de saúde (Souza, 2017).

Segundo Associação Brasileira da Indústria de medicamentos Isentos de Prescrição - ABIMIP (2019), alguns cuidados devem ser seguidos para que o uso dos MIPs seja usado corretamente:

- 1 - **Cuidar** sozinho apenas de pequenos males ou sintomas menores, já diagnosticadas ou conhecidos.
- 2 - **Escolher** somente medicamentos isentos de prescrição médica, de preferência com a ajuda de um farmacêutico.
- 3 - **Ler** sempre as informações das embalagens dos produtos antes de tomá-lo.
- 4 - **Parar** de tomar o medicamento se os sintomas persistirem, procurar imediatamente auxílio médico.

3.3 Orientações farmacêutica frente ao uso de MIPs

A partir da Resolução nº 585/2013 que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico que constituem os direitos e responsabilidades desse profissional, no que concerne a sua área de atuação que inclui o acompanhamento farmacoterapêutico, a conciliação terapêutica ou a revisão da farmacoterapia. (Conselho Federal de Farmácia, 2013).

Segundo Volpini et al. (2021) a prescrição farmacêutica é direito adquirida por meio da resolução nº 586/2013, sendo de responsabilidade do profissional realizar a prescrição de forma consciente. No aconselhamento ao paciente, o farmacêutico pode orientá-lo sobre o uso correto dos medicamentos prescritos e não prescritos, visando melhorar os efeitos terapêuticos e reduzir a probabilidade de aparecimento de efeitos adversos e toxicidade.

A indicação de um medicamento como plano de cuidado ao paciente exige do profissional farmacêutico escolher de forma nítida a finalidade terapêutica, as alternativas de tratamentos disponíveis e selecionar o medicamento mais adequado de acordo com a necessidade do paciente, além de fornecer todas as informações necessárias para o seguimento do regime posológico e agendamento para o retorno. Com isso, a partir da determinação terapêutica é realizada de modo compartilhado e em concordância com o paciente, vinculando a prescrição farmacêutica a automedicação orientada (Vale, 2018).

Dessa forma, a prescrição farmacêutica é definida como ato pelo qual o farmacêutico elege e documenta terapias farmacológicas e não farmacológicas, e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente, objetivando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças. Com isso, influência na melhoria do sistema público de saúde, amenizando gastos com medicamentos, da sobrecarga médica, do custo com atendimento médico para resolução de problemas autolimitados e acompanhamento clínico dos pacientes crônicos para ação suplementar (Gaspar & Machado, 2015).

A prescrição é um documento que define qual medicamento deverá ser fornecido, indicando sua concentração, dose, forma farmacêutica, duração do tratamento, posologia e também a forma de utilização, devendo seguir normas legais e institucionais, e deve ser confeccionada por profissionais habilitados (Freitas & Geron, 2020).

4. Conclusão

Dessa forma, conclui-se que os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são utilizados para problemas de saúde autolimitados para aliviar, tratar e prevenir sintomas que são considerados de baixa gravidade, dentre eles pode citar a cefaleia, cólicas, resfriado, diarreia, tosse seca, dores musculares, entre outros. Apesar desses medicamentos serem isentos de prescrição eles podem causar reações adversas, efeitos colaterais, interações medicamentosas, entre outros problemas.

O ato da prescrição farmacêutica é a possibilidade da aproximação do farmacêutico com o paciente, ficando explícito o papel do farmacêutico neste momento, pois a prescrição farmacêutica é realizada no ato da consulta.

Apesar disso, a prescrição farmacêutica ainda não é um serviço prevacente nas farmácias e drogarias do Brasil por encontrar alguns desafios na prática da prescrição, tais como; problemas financeiros, interesse do estabelecimento falta de local adequado e falta de capacitação.

Portanto, o farmacêutico como profissional limitado, está apto para realizar de maneira socializada a promoção e

recuperação da saúde de seus pacientes, a partir do acompanhamento e orientação farmacêutica destacando no bem-estar e na qualidade de vida de toda população.

Referências

- Abimip - Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição. *Conheça o MIP*, 2019. <https://abimio.org.br/texto/conhecacao-mip>
- Arrais, P.S.D., Fernandes, M.E.P., Pizzol, T. da S.D., Ramos, L.R., Mengue, S.S., Luiza, V.L., Tavares, N.U.L., Farias, M.R., Oliveira, M.A. & Bertoldi, A.D. (2016). Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 50(2), 1-11.
- ANVISA. Resolução Nº98, de 1º de agosto de 2016. *Critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamento sob prescrição*. http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2921766/RDC_98_2016_COMP.pdf/dcb09ea1-e222-4192-98c5-54a13426dc4a.
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2014_analise_situacao.pdf
- Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. *Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências*. 2013. <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>
- Cruz Junior, A.F. da & Antonialli, M.M.S. (2021). *Automedicação de medicamentos Isentos de Prescrição (MIP)*. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13669>
- Cunha, P.L.P., Cunha, C.S., & Alves, P.F. (2014). Revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências. *Revista Anima Educação*, 6(3), 1-63.
- Marinho, L.N.de S. & Meirelles, L.M.A. (2021). Os riscos associados ao uso de medicamentos isentos de prescrição. *Revista de Saúde Multidisciplinar*, 9(1), 9-14.
- Freitas, M.R.S. de & Geron, V.L.G. (2020). *O papel do farmacêutico no combate a automedicação*. <http://repositorio.fama.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/2829>
- Gaspar, R.C.V. & Machado, V.F.L.S. (2015). Automedicação X Prescrição Farmacêutica. *Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT*, 1, 1-19.
- Guimarães, P.H.D., Pacheco, R.P & Morais, Y de J. (2021) Assistência Farmacêutica e o uso de medicamentos de venda livre (MIPs). *Research, Society and Development*, 10(12). Doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20405>
- Mota, K. de F., Pereira, M.L, Coelho, E.B., Reis, T.M. dos, Nascimento, M.M.G. do, Obreli-Neto, P.R. & Baldoni, A.O. (2020). Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas ele sabe o que são?. *Revista de la OFIL*, 30(1), 52-55.
- Pons, E. da S., Mengue, S.S. & Knauth, D.R. (2016). *Autogestão do uso de medicamentos pela população Brasileira [tese de Doutorado]*. Univerdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148080/000998686.pdf?sequence=1>
- Possagno, G.C.H. (2015). *Atuação do farmacêutico em farmácias comunitárias provadas e pesquisas de evidências sobre medicamentos isentos de prescrição*. <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40349/R%20-%20T%20-%20GERUSA%20CLAZER%20HALILA%20POSSAGNO.pdf;sequence=1>
- Souza, C.S., Marques, L.A.R.V., Aguiar, M.G.L. & Fernandes, M.R.T. (2017). Frequência de automedicação por pacientes em atendimento odontológico de urgência na atenção básica. *Saúde Santa Maria*, 43(3), 2-6.
- Souza, A.S.A. de, Pereira, S.R. & Saraiva, E.M.S. (2018). Caracterização da população Usuária de Medicamentos isentos de prescrição no Brasil. *Revista de Psicologia*, 12(42), 70-75.
- Soterio, K.A. & Santos, M.A. (2016). A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. *Revista da Graduação*, 9(2).
- Vale, B.N. do. (2018). As responsabilidades do farmacêutico na prescrição farmacêutica. *Revista Cereus*, 10(3)179-201.
- Volpini, C.P., Mendes, Y.F., Santos, L.U. dos & Marques, S. de A. (2021). Avaliação do conhecimento de estudantes do curso de farmácia do Unianchieta sobre prescrição farmacêutica. *Revista Multidisciplinar da Saúde*, 3(3), 8-21.
- Xavier, M.S., Castro, H.N., Souza, L.G.D, Oliveira, Y.L., Tafuri, N.F. & Amâncio, N. de F.G. (2021). Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 4(1), 225-240.